

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/343976740>

Cinediversidade: Uma Estratégia de Educação para os Direitos Humanos na Universidade de São Paulo

Article in LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer · September 2019

CITATION

1

READS

26

2 authors:



Alessandro Soares da Silva
University of São Paulo

99 PUBLICATIONS 352 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Anderson Maia do Nascimento
University of Campinas

1 PUBLICATION 1 CITATION

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Political Psychology [View project](#)



Psicologia Política da Ação Pública [View project](#)

CINEDIVERSIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**Recebido em:** 18/10/2018**Aceito em:** 07/04/2019

Anderson Maia do Nascimento
Alessandro Soares da Silva
Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo – SP – Brasil

RESUMO: O presente trabalho visa explorar a capacidade educativa do cinema para os direitos humanos e diversidade, perpassando noções da educação não-formal pelo lazer, políticas públicas e consciência política. Assim como, salientar a necessidade de espaços de trocas e diálogos acerca de intolerância e preconceito dentro da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). O CineDiversidade constitui-se como esse espaço de trocas e formação política, objetivando fortalecer a resistência contra ataques opressores de toda natureza: racista, machista, xenofóbicas e LGBTfóbicas. O projeto funciona com sessões de filmes seguidas por debates orientados por pessoas com certa experiência acerca do tema tratado pelo filme, aplicaram-se questionários aos participantes objetivando identificar algumas subjetividades por parte do grupo frequentador, bem como a melhoria e ajustamento do projeto.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Educação Não Formal. Direitos Humanos.

CINEDIVERDIDADE: A STRATEGY FOR HUMANS RIGHTS EDUCATION AT UNIVERSITY OF SAO PAULO

ABSTRACT: The present work aims to explore cinema capability for human rights education and diversity, passing through notions of non-formal education for leisure, public policies and public consciousness. As well as, emphasize the need of environments that stimulate discussion about intolerance and prejudice in the School of Arts, Sciences and Humanities of University of São Paulo (EACH – USP). The CineDiversidade constitutes this environment of debates and public formation, aiming to strengthen the resistance against oppressor attacks of any nature: racism, machismo, xenophobia and LGBTphobia. The project works as movie sessions followed by oriented debates by people with certain experience in the theme of the movie, questionnaire were applied to the participants aiming to identify some subjectivities of the present group, as well as the improvement and adjustment of the project.

KEYWORDS: Leisure Activities. Human Rights. Non-formal Education.

Introdução

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza (Boaventura de Souza SANTOS, 2003).

Os direitos humanos ultrapassam qualquer legislação local, eles são universais, históricos e naturais, contemplando todas as pessoas sem distinção de sexo, orientação sexual, cor de pele, etnia, religião, nacionalidade e julgamentos morais, por esses motivos, existe a necessidade de criar uma cultura de valorização dos direitos humanos, promover a consciência de que todo ser humano tem direito à dignidade e à vida (BENEVIDES, 2013). Nesse sentido, é dever do Estado assegurar que os Direitos Humanos sejam garantidos por intermédio de ações afirmativas e políticas públicas que garantam o pleno exercício dos direitos de seus cidadãos, bem como intervir contra as infrações dos mesmos e a promover atividades que façam com que os direitos universais da pessoa humana sejam, de fato, respeitados.

Em muitos debates as ações afirmativas, como cotas raciais e de gênero, são colocadas em “xeque” com a justificativa de que as pessoas têm ampla capacidade de concorrência, onde características étnico-raciais ou de gênero não interferem na capacidade individual de uma pessoa, nesse sentido cabe lembrar o contexto histórico em que cada ser de determinada classe/grupo está inserido (PINTO, 2003). Os processos históricos de exclusão deixaram marcas que perduram até o presente e para que haja um futuro de igualdade e equidade faz-se necessário a inclusão dessas pessoas em ambientes dos quais a exclusão é nítida, como em universidades públicas e privadas, onde os discentes e docentes são, majoritariamente, homens brancos (Silva, 2015). Por isso, existe a necessidade de cotas, pois se características como gênero e cor foram

capazes de excluir, agora, essas diferenças devem ser igualmente capazes de incluir, até que haja equilíbrio e igualdade social. (PIOVESAN, 2005).

Focaremos, aqui, nos direitos humanos destacando as minorias políticas: negros, mulheres e LGBT's. Não entraremos na discussão sobre a multiculturalidade dos direitos humanos e/ou interesses culturais neles embutidos. Nossa discussão caminha para elucidar possibilidades de educação para os Direitos Humanos, bem como para um exercício efetivo da cidadania e respeito à diversidade (SILVA, 2011). No que concerne à educação para os direitos humanos partimos da posição defendida por (BENEVIDES, 2000, s/p), onde:

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional – os educadores e os educandos - ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos.

Com base nessa forma de pensar um processo educativo é que encontramos no projeto de extensão CINEDiversidade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades a oportunidade de geração de espaços de problematização, reconhecimento e mudança de valores, crenças e atitudes relacionadas à produção de lugares minoritários (SILVA, 2007) e a internalização destes por parcelas da sociedade que são nomeadas como “ocupantes” destes não-lugares socioafetivos. Abordar esse projeto, o qual tem início em 2015, permite pensar o processo educacional em conformidade com o princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, Art. 207) problematizado na literatura e objeto de disputas no interior das universidades. Este tema não é o objeto desse trabalho, mas levam em consideração as reflexões de

(MACIEL, 2010), pois entendemos que este princípio fortalece ações de educação para os direitos humanos no ensino superior.

Destaca-se, aqui, a capacidade educativa e transformadora do lazer no sentido não-formal da educação, o CineDiversidade é um projeto de cultura e extensão universitária idealizado pelo professor Alessandro Soares da Silva e está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSIPOLIM) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Sendo o cinema uma atividade de lazer, tornou-se instrumento para combater o preconceito e uma ferramenta para educar para os direitos humanos. Pois, A LGBTfobia, o machismo e o racismo têm sido pautas das discussões dentro das bolhas universitárias, porém a discriminação é algo que também está presente nesses espaços (SMIGAY, 2002) (SILVA; D'ADDIO, 2012). Na EACH-USP, problemas como frases de ódio e repúdio, pichadas nos banheiros da escola, atacando LGBT's, mulheres e negros, tornaram-se frequentes. Por isso a necessidade da criação de um espaço para debater as questões supracitadas com objetivo de reafirmar o direito à diversidade, à cidadania, à dignidade e ao respeito. Nesse sentido o projeto visa proporcionar à comunidade "uspiana" na Zona Leste e de seu entorno, um espaço de cultura, lazer, debate e reflexão acerca dos temas de Direitos Humanos. Para uma melhor compreensão do objeto deste trabalho passaremos a apresentação dos objetivos e características do Projeto de extensão CineDiversidade.

O CineDiversidade

Em meio a um incremento nos anos de 2013 e 2014 de manifestações preconceituosas, de agressões às populações LGBT, negra e de mulheres ocorridas na USP surgem uma variedade de iniciativas por parte de estudantes e professores. Não há dados sistematizados e oficiais na universidade a esse respeito, mas a frequência de

pichações, de denúncia de casos de expressões preconceituosas e de casos de assédio fez com que a própria universidade reformulasse ações como o *USP Diversidade*¹ e incentivasse a criação de comissões de direitos Humanos em suas unidades. É nesse sendeiro que surge em 2014 o projeto *CineDebates: Subjetividade, Política e Direitos Humanos*, o qual dá origem a versão atual do projeto *CineDiversidade* instalado na EACH a partir de 2015.

Os proponentes do projeto viram nele a oportunidade de gerar um espaço formativo e de acolhimento de quem é alcançada/o pela violência; de tratar por meio da arte dos sentidos e formas de enfrentamento dessas expressões que fragilizam os sujeitos que por ela são alcançados. É certo que tais ocorrências vão de encontro aos ideais de educação libertadora (FREIRE, 1992, 1999), de exercício ético das práticas profissionais que se ensinam na academia e que devem estar em consonância com princípios de direitos humanos.

Do ponto de vista metodológico, o projeto realiza a exibição de filmes relacionados a essas temáticas, os quais são debatidos por convidados/as que as dominam, sendo que, muitas vezes, eles e elas têm uma experiência militante nos temas abordados nas sessões (racismo, feminismo, LGBTfobia). A apresentação e o comentário funcionam como elemento de problematização, de inflexão, da vida cotidiana (HELLER, 1989) de modo que, a partir dessas provocações, a audiência passe de uma posição de mero expectador para a de um sujeito envolto nessas questões direta ou indiretamente. Refletir sobre esses temas pode provocar “despertares” de consciências Políticas mais complexas (SANDOVAL; SILVA, 2016) (CRUZ; LOHR, 2009).

¹ Esse programa tem o objetivo de desenvolver ações que estimulem a igualdade, a solidariedade, a promoção e o respeito aos direitos humanos e está vinculado ao Núcleo de Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. <http://prceu.usp.br/programa/usp-diversidade/>

Os objetos de debate no *CineDiversidade* são partes da vida em sociedade e não podem ser ocultadas quando assumimos uma postura ativa frente às desigualdades que marcam o mundo. Portanto, o projeto tem facilitado a visibilização de desafios vários no campo dos direitos humanos e propiciado desenvolver dentro da universidade uma ação que vincula ensino, pesquisa e extensão. No âmbito da Extensão, esta ação gera um espaço cultural que fomenta o debate e a reflexão. No âmbito do Ensino, este tipo de atividade é fundamental para consolidar os ensinamentos de corte interdisciplinar que estudantes adquirem por meio do ciclo básico² mantido na unidade e que alcança a totalidade dos seus estudantes. No âmbito das pesquisas sociais, o projeto permite aprofundar a compreensão acadêmica do que seja a violência decorrente das expressões de preconceito que supostamente eliminariam (como deseja o sujeito preconceituoso) o humano de quem é objeto deste. Mas como bem destacou (CROCHIK, 1996), o preconceito fala mais do sujeito preconceituoso do que de quem é objeto do preconceito.

Com base no exposto, podemos apontar para essa proposta como uma tentativa de atuar no meio universitário de modo a, em consonância com o princípio da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, fomentar um olhar crítico sobre a vida de cada um abrindo cominhos para a desalienação dos sujeitos na perspectiva libertadora de que tratam (FREIRE, 1992, 1999) e (MARTÍN-BARÓ, 1998). Em síntese, o projeto revela uma face política da universidade que sai de certas zonas de conforto e se permite formar mais que técnicos de nível superior competentes; permite-se formar sujeitos políticos capazes de viver o vivido (LEFBREVRE, 2005).

² A Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo foi concebida como um espaço formativo de corte interdisciplinar e que optou por realizar no primeiro ano da formação acadêmica um conjunto de oferecimentos didáticos focados na formação humana dos futuros profissionais que dela egressarão. A este período formativo chama-se de ciclo básico.

Os filmes exibidos no período correspondente de 2015 à 2016 em ordem cronológica, foram: *Azul é a cor mais quente*; *Orações Para Bobby*; *Tom Boy*; *Minha Vida em Cor de Rosa*; *Madame Satã*; *Direito de Amar*; *XXY*; *Milk*; *Amores Possíveis*; *Kinsey*; *Vamos Falar de Sexo*; *Circumstance*; *The Bubble*; *Tatuagem*; *Orações para Bobby*; *Baixio das Bestas*; *TransAmerica*; *Amando Anabelle*; *Orgulho e Esperança*; *Konehope Upú Ibã*, *Os Filhos Da Mata*; *Histórias Cruzadas*; *Samba*; *Adivinhem quem vem para jantar*; *12 Anos De Escravidão*; *As Sufragistas*; *O Dia Em Que Me Tornei Mulher*; *O Renascimento Do Parto*; *Tangerine*; *A Garota Dinamarquesa*; *Ida*; *Pelo Malo*; *The True Cost*; *Moonlight*; *Closet Monster*; *Viva*; *Mala Educación*; - *Nenhuma A Menos – Protagonismo Das Mulheres Imigrantes*; *Refugiados Tem Vez Em São Paulo?*; *Eu Sou De Lá*; *Foxfire*; *Olmo E A Gaivota*; *Dear White People*; *Precious*.

A escolha destes filmes se deu em função das potencialidades que cada uma das narrativas neles contidas permitiam trabalhar na sessão, bem como em função dos problemas vividos na unidade relativas a expressão da diversidade sexual e cultural. Nos itens que seguiremos analisaremos alguns elementos teóricos que deram base as ações empreendidas no projeto *CineDiversidade*: relações de gênero, homofobia e relações étnico-raciais como elementos estruturantes dos direitos humanos

Relações Gênero, Homofobia e Direitos Humanos

O surgimento das relações de gênero como conceito científico está intrinsecamente ligado à história do movimento feminista. A luta desse movimento tem pautado a discussão sobre a condição da mulher nas sociedades complexas a partir do século XIX. Entretanto, relações de gênero referem-se à produção do feminino e do masculino, visto que ambas as constituições são resultante de processos relacionais. Questões de *gênero* não são apenas as relativas às mulheres, mas certo é que o debate

central é o relativo às lutas, as produções e as violências que elas vivem/sofrem na sociedade (SAFFIOTI, 1987). Nesse sentido,

A compreensão das relações de gênero perpassa por várias conceituações e estudos, desde a construção de papéis masculinos e femininos, do aprendizado destes que formam a identidade dos sujeitos; da sexualidade; do enfoque na violência contra a mulher; das discussões sobre as masculinidades, até as questões que conseguem relacionar gênero e poder, colocando em evidência que a subordinação feminina não é natural, estática e imutável. Com o tramitar histórico, percebe-se que as identidades não são fixas, mas mutáveis e transformáveis, além de serem plurais e diversas. Assim, vai se gestando a concepção de gênero como relacional, ou seja, pertencente às relações sociais entre os sujeitos e um modo de significar as relações de poder (COSTA; SIVEIRA; MADEIRA, 2012, p. 222).

O papel atribuído às mulheres e homens pela sociedade é complexo, sobretudo quando se reconhece que podem ser *cis* e *trans*. Tratar as questões de gênero, como aponta Saffioti, é entender processos de dominação-exploração, de inferiorização de mulheres em uma sociedade patriarcal que se consolidou nos últimos milênios da história. Assim, para ela “Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). Desta maneira, gênero não é um conceito neutro, pois “carrega uma dose apreciável de *ideologia*” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Não há como não atentarmos para o fato de que relações de gênero têm uma dimensão plural que se expressa em uma polissemia eivada de atravessamentos que complexificam os desafios dos estudos no campo. Nesse estudo procuramos levantar algumas questões que desvelam essa realidade e uma variada performatividade de gênero. (BUTTLER, 2003, p. 200) recorda que “Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição *não é um ‘ato’ singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas*

e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição”. Dito de outro modo: é necessário se promover uma ruptura no modo como se concebe a realidade pautada por papéis fixos e por identidades fixas. Há uma diversidade de formas de viver e expressar a condição de gênero. Marcadores sociais transformam as possibilidades performáticas de mulheres e de homens quando estes atravessam a ideia de gênero: ser uma mulher negra, pobre, nordestina e transexual em um contexto marcado pela homofobia ou num espaço mais libertário conduz a diferentes construções performáticas.

As mulheres são vistas como um grupo e não como a metade da população mundial e divide capítulos com grupos socialmente discriminados, como: Negros, LGBT’S, Índios³, etc. (MOREIRA; GOMES, 2012). Por esses e outros motivos a violência contra mulher é a violação dos direitos humanos mais tolerada no globo⁴.

A violência física, sexual e psicológica contra a mulher nas esferas públicas e privadas acontece constantemente, de modo que uma entre três mulheres já tenham sofrido alguma forma de abuso ao longo de sua vida. O machismo estrutural aprisiona as esperanças e formas de libertação da mulher que sofreu/sofre alguma forma de violência.

As mulheres negras atingem o topo dos índices de mães solteiras, a elas sobram o papel de amante, mulher fácil, são tidas como objeto de prazer sexual. Ao tratarmos das preferências matrimoniais de um homem negro destaca-se a inclinação por mulheres brancas numa tentativa histórica cultural de clareamento da família, tal preterimento das mulheres negras por homens negros acarretam na construção do sentimento de solidão e humilhação. (SOUZA, 2008, p. 92) afirma que “A mulher negra parece sentir que os

³ Disponível em https://www.fd.uc.pt/hrc/manual/pdfs/manual_completo.pdf p.194

⁴ Disponível em <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-a-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo-afirma-onu/>

homens que lhes restam são aqueles que ficaram de fora do crivo de escolha da mulher branca, para as mulheres que consideram que os negros preferem as brancas.”

Enfim, não é o objetivo desse trabalho aprofundar-se nas questões de violência feminina, mas sim em uma educação que trabalhe com essa realidade visando o estímulo e desenvolvimento de uma consciência de luta contra essa e outras desigualdades. E é nessa linha que as relações se complexificam ainda mais ao inserirmos nesse quebra-cabeça as questões étnico-raciais e a Sexualidade. No caso das populações LGBT podemos dizer que

Não assegurar qualquer garantia nem outorgar quaisquer direitos às uniões homoafetivas infringe o princípio constitucional da igualdade, revela discriminação sexual e violação aos direitos humanos, pois afronta o direito ao livre exercício da sexualidade, liberdade fundamental do ser humano que não admite restrições de quaisquer ordens (DIAS, 2000, p. 509).

Os grupos políticos minoritários como os LGBT's também sofrem fortemente com o machismo que estrutura nossa sociedade, os homossexuais eram tratados como doentes, em nosso país, até 1995 pelo Conselho Federal de Medicina e até 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia. (MOTT, 2006). Assim podemos dar um braço à explicação que elucida a discriminação sofrida por esse grupo social, onde a base da exclusão está numa moral baseada em preceitos religiosos e machistas construídos histórica, social e culturalmente, cabe enfatizar que os crimes de ódio cometido apoiam-se mais na questão machista do que religiosa, dado que os conceitos morais de dadas religiões tem como base o patriarcado, o machismo.

Realizar a defesa dos Direitos Humanos implica, sobretudo, denunciar a violência e defender a vida. Quando assassinatos de indivíduos de um grupo social politicamente minoritário ocorrem em função da força do ódio, quando sujeitos são mortos por meio de práticas hediondas como a tortura ou a dignidade da pessoa está em

risco é mister haver a intervenção protetiva e asseguradora dos direitos por parte do Estado. Luis Mott afirma que:

São *crimes de ódio*, em que a condição homossexual da vítima foi determinante no *modus operandi* do agressor. Portanto, “crime homofóbico”, motivado pela ideologia preconceituosa dominante em nossa sociedade machista, que vê e trata o homossexual como presa frágil, efeminado, medroso, incapaz de reagir ou contar com o apoio social quando agredido (MOTT, 2006, p. 514).

Ora, se ainda há debates sobre o direito à vida, é possível indagar a que passo estão as reflexões no que se refere ao direito à cidadania, pois quem não vive não pode ser cidadão e quem vive veste-se com os trajes da subumanidade de que nos fala Berenice Bento:

A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) (BENTO, 2014, p. 167).

Há de destacar que, em uma sociedade de classes, existem níveis de exclusões caracterizados por marcas, nos corpos humanos, das quais são capazes de definirem o grau de exclusão de uma pessoa, seja pela cor, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, etc. Nesse sentido, as “somas” de características que são alvo de exclusão social trazem para a pessoa humana um fardo insuportável, como já mencionado, uma mulher trans, nordestina, negra e pobre é trajada, forçadamente, pelo manto da subumanidade, e tem sua cidadania sucateada, negada.

Arrisca-se dizer que a comunidade trans (travestis, transexuais e transgêneros) seja a mais marginalizada em nossa sociedade e pouco se faz para que esse quadro de barbárie seja alterado, há algumas medidas que objetivam a promoção do respeito à identidade de gênero no âmbito micro, como a adoção do nome social em ambientes públicos (escolas, universidades, bancos) (BENTO, 2014). No entanto, há um mundo de

exclusão que foge dos muros das intuições supracitadas do qual a lei deve proteger da humilhação e assegurar o direito a dignidade, à cidadania e à humanidade.

Tons de Pele, Racismo e Direitos Humanos

“Apartheid à brasileira”

Milton Santos

Como já referido anteriormente, há no Brasil grande exclusão de grupos políticos minoritariamente representados, a população negra brasileira é sem dúvidas um deles. Tal população no Brasil é estatisticamente estimada por pessoas que se autodeclararam pardas ou pretas, como nos censos gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (OLIVEIRA, 2004). No entanto, em muitos casos os pardos não se consideram negros, já que existe um racismo institucional que barra reflexões ao longo da vida das pessoas acerca das heranças culturais afro-brasileiras nas mais diversas esferas de socialização o que acaba por mitigar a formação de uma consciência de negritude mais ampla e aprofundada. “Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra.” (OLIVEIRA, 2004, p. 57).

Debates sobre cotas raciais, colorismo, racismo e marginalização estão presentes majoritariamente nas bolhas universitárias. O colorismo no Brasil tem amordaçado a cultura negra em um processo de branqueamento populacional, onde o ser pardo enaltece seus traços e cultura europeia e abafam suas características afros, sugerindo uma preferência ao tom mais claro da pele.

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura (OLIVEIRA, 2004, p. 57).

O racismo no Brasil expressa-se diferentemente ao dos Estados Unidos ou de países europeus. Aqui diz-se que não existe racismo. De fato, não há um racismo escancarado/assumido, visto que, no Brasil, padecemos com uma discriminação racial velada/enrustida. Apelamos, agora, ao conhecimento empírico, basta observar, sem técnicas metodológicas refinadas de pesquisa, o lugar da população negra em nossa sociedade, em quais espaços profissionais e em quais escolas de ensino básico essa população se concentra, observar quantos negros se formam em medicina, engenharias, direito, etc. nas universidades públicas de excelência do nosso país. Existe uma barreira de acesso marcada por um passado desumano da qual é sustentada por simbologias excludentes, o não acesso por parte da população negra a determinados ambientes está presente em muitos setores da nossa sociedade, basta observar.

O racismo fere profundamente a humanidade de milhões de pessoas, forma cicatrizes profundas das quais estão longe de serem apagadas e esquecê-las não é uma questão que está em pauta, no entanto o esquecimento aparece como uma força que tenta empurrar goela-abaixo um passado que ainda barra o acesso à direitos básicos, ao bem-estar e à dignidade. É nesse sentido que a educação – não formal para o respeito e reconhecimento da diversidade e direitos humanos apresenta-se como ferramenta de extrema importância não só por sua capacidade de trabalhar a desconstrução de preconceitos enraizados (CROCHIK, 1998), mas também pela possibilidade de desenvolver e/ou respaldar uma consciência política (SILVA, 2001, 2007), (SANDOVAL; SILVA, 2016) de negritude nas pessoas autodeclaradas pretas, pardas - pessoas negras.

Educação para os Direitos Humanos e o CineDiversidade como Prática Emancipatória

O enfrentamento dessas desigualdades relacionadas as questões etnicorraciais, de gênero e de orientação sexual pode se dar a partir de ações de educação para os direitos humanos. Esta pode dar-se de diversas formas, em diversos ambientes e com focos específicos. Uma das formas de educação pode ser a não-formal, fora das salas de aulas, uma educação da qual pode apresentar resultados significativos. Isso não exclui a necessidade de trabalhar os direitos humanos nas escolas em seus mais diversos aspectos e com as turmas mais variadas no que diz respeito a idade escolar. A educação para os direitos humanos deveria estar presente em toda a vida escolar, pois só quando houver um entendimento efetivo do que se trata os direitos humanos haverá o respeito a vida, a liberdade e a dignidade do ser humano, por tanto é necessário apropriar-se de uma consciência de sociedade igualitária e natural no que se refere a pessoa humana. Entender a humanidade como um conjunto de seres humanos com pessoas distintas, insubstituíveis e com diferenças.

[...] a discriminação significa toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. Logo, a discriminação significa sempre desigualdade. Esta mesma lógica inspirou a definição de discriminação contra a mulher, quando da adoção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher pela ONU, em 1979 (PIOVESAN, 2005, p. 48).

Diferentemente da educação formal e informal onde na primeira há necessidade de um professor, ambiente físico estruturado com objetivo de ensinar/educar, ou seja, instituições de ensino formalizadas onde os ambientes são normatizados com regras e padrões comportamentais visando a formação de um cidadão ativo e buscando desenvolver habilidades e competências variadas; já na segunda forma de educação o

processo educativo é constante e ocorre desde o nascimento, dá-se através das relações entre pais, amigos, familiares, etc. em locais informais como a própria casa do indivíduo, a rua, o bairro ou igreja, isto é, ambientes espontâneos onde as relações se dão por afinidades de preferências e gostos. Os objetos implícitos nessa educação é desenvolver hábitos, atitudes, comportamentos e modo de pensar segundo valores e crenças herdados dos grupos que se frequenta.

A educação não-formal por sua vez, está nas interações sociais com o “outro”, fora das escolas, em locais informais onde há processos interativos intencionais e é essa intencionalidade que marca a grande diferença entre educação não-formal, informal e formal. Os ambientes e situações interativas são construídos coletivamente, há intencionalidade na ação onde capacita-se o indivíduo a se tornar cidadão do mundo, enaltecendo assim valores coletivos e enfraquecendo ideias individualistas. A educação acontece no processo interativo, não é mecânica, é orgânica e se dá em todo o processo com as trocas de informações proporcionando uma formação política e sociocultural. Educar é uma ação democrática que visa formar cidadãos e, como apontou (BENEVIDES, 2000, s/p):

Torna-se necessário entender educação para a cidadania como formação do cidadão participativo e solidário, consciente de seus deveres e direitos – e, então, associá-la à educação em direitos humanos. Só assim teremos uma base para uma visão mais global do que seja uma educação democrática, que é, afinal, o que desejamos com a educação em direitos humanos, entendendo “democracia” no sentido mais radical – radical no sentido de raízes – ou seja, como o regime da soberania popular com pleno respeito aos direitos humanos. Não existe democracia sem direitos humanos, assim como não existe direitos humanos sem a prática da democracia.

Nessa esteira desejamos pensar que a experiência do CineDiversidade se constitui como uma ação de formação em direitos humanos que desenvolve espaços de reflexão democrática que permite a cada sujeito descobrir-se sujeito de direitos,

cidadão e cidadã que necessita agir politicamente para superar desigualdades estruturais nessa sociedade pós-industrial em que os sistemas de dominação-exploração de fala (SAFIOTTI, 1987) - patriarcado-racismo-capitalismo - agem de maneira simbiótica e comprometida com a manutenção dessas tais desigualdades. E sem realizar uma ode a educação libertadora de todas das mazelas humanas, desejamos sim afirmar a educação como um dos modos operante fundamentais para a produção de uma consciência política transformadora. A educação para os direitos humanos permite uma análise crítica e ponderada em que sujeitos se colocam no centro do problema e da ação transformadora.

Assim, em educação para os direitos humanos

Há um conteúdo óbvio, que decorre da própria definição de direitos humanos e do conhecimento sobre as gerações ou dimensões históricas, sobre as possibilidades de reivindicação e de garantias etc. Este conteúdo deve estar efetivamente vinculado a uma noção de direitos, mas também de deveres, estes decorrentes das obrigações do cidadão e de seu compromisso com a solidariedade. É importante, ainda, que sejam mostradas as razões e as consequências da obediência a normas e regras de convivência. Em seguida, este conteúdo deve conter a discussão – para a vivência – dos grandes valores da ética republicana e da ética democrática (BENEVIDES, 2000, s/p).

Tendo isso presente, o projeto consolidou-se como um necessário espaço de sociabilidade na qual a política e a emoção aparecem como fundamento das relações humanas (RENSHON, 1997). Nesse processo de produção coletiva gerou-se um espaço de apoio e compartilhamento que produziu propostas de intervenção social na universidade para que se enfrentassem situações de violência “LGBTfóbicas”, machismo, misoginia e racismo na linha de compreensão proposta por Karin von (SMIGAY, 2002). As análises dos dados apontam que ainda há um longo caminho a se trilhar. Ainda é patente a centralidade da desigualdade que afeta o sujeito particular e assumir que todas as s desigualdades afetam a todas e a todos de maneira coordenada

fortalecendo os sistemas de dominação-exploração como se pode ver na literatura (SMIGAY, 2002), (SAFIOTTI, 1987, 2004), (SILVA; BARBOZA, 2005, 2009) e na experiência particular do CineDiversidade.

Cinema como Estratégia Educativa: Aspectos Metodológicos e Instrumentos de Avaliação do Projeto CineDiversidade

Ao pensarmos os aspectos metodológicos deste trabalho, procuramos destacar a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão enquanto um princípio formativo (MACIEL, 2010). Assim, pensamos que metodologias mais convencionais comuns na educação formal é bastante difundida nos mais diversos setores da vida e em distintos níveis do aprendizado humano. Muitas vezes há pouco espaço para inovação e formas críticas de produção do conhecimento como já ponderou Paulo Freire em *A Pedagogia do Oprimido* (2005) ou em *Educação como prática da liberdade* (1999).

Nem sempre se dá a devida atenção, porém, a educação não-formal. Ela pode e é um espaço profícuo de intervenção e de reordenamento social, pois está presente em diversos setores e estágios da vida de uma pessoa. O ponto de destaque, aqui, está na capacidade de acesso à educação, à informação e à formação que os meios informais e não-formais de educação conseguem atingir. Também suas práticas metodológicas e os instrumentos usados nessa modalidade educativa também são diversos e ao inovação mais facilmente aceita.

O cinema e outros meios de mídias digitais da contemporaneidade estão inseridos no cotidiano das pessoas e pode ser um meio singular de trabalho de questões sensíveis na vida social e que necessitam ser transformados visto que não poucas vezes estão fortemente reificados como já apontou (HELLER, 1989). O uso do cinema constituiu-se numa opção estratégica para se acessar a construção social da realidade cotidiana e gerar espaços de distanciamento e ruptura crítica que permitem ao sujeito o

distanciamento de si e da dinâmica de repetições acríticas da vida diária (HELLER, 1972).

Como destaca (FABRIS, 2008, p. 120) “filmes como produções datadas e localizadas, produzidos na cultura, criando sentidos que a alimentam, ampliando, suprimindo e/ou transformando significados”. A mídia exerce grande papel formativo na população, capazes de mudar e transformar pensamentos. As imagens, sons e movimentos traz consigo inúmeras significações, os filmes, novelas e seriados, muitas vezes, são formas da realidade apresentar-se (FABRIS, 2008).

Os filmes são carregados de símbolos, signos e subjetividades. Há muito dos diretores em um filme, mas a interpretação é livre e tem como referencial as construções morais, culturais, econômicas e políticas de quem assiste. Ou seja, ao passo que o diretor emprega suas subjetividades e parcialidades em um dado filme, expectador o altera no instante em que se põem em contato com esta arte, mas também pode alterar a si próprio ao refletir e romper com aspectos de seu cotidiano que lhe são difíceis de perceber quando estes não estão mediatizados por algo extrínseco a ele.

(FABRIS, 2008, p. 124), “Os significados pretendidos pelos produtores escapam, atingem outros alvos ou até mesmo produzem outros sentidos, alcançando outros endereços”. A interpretação por parte dos espectadores é totalmente independente podendo perpassar o que o diretor propôs ou não. Diante disso, o CineDiversidade conta com comentadores nas sessões, com o objetivo de direcionar e problematizar a discussão, bem como de enriquecer o aprendizado elevando o nível das reflexões e potencializando elementos de ruptura que podem acionar novos níveis de consciência por parte dos sujeitos que participam do projeto.

Um elemento relevante, destarte, da metodologia desse trabalho está baseado no retorno dos frequentadores do Cine e isso constituiu e constitui um desafio para o

projeto. Como fomentar a participação e a fidelização da audiência de modo a fortalecer as ocasiões e níveis de aprofundamento das discussões tocadas pelo CineDiversidade.

Como já dito anteriormente, o CineDiversidade é um projeto de cultura e extensão realizado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades no qual se procura educar para os direitos humanos, sensibilizar a audiência para questões sociais relevantes no âmbito das relações humanas. Nele, promove-se exibições de filmes que permitem a abordagem de questões dos Direitos Humanos em debates dirigidos por um convidado. O convidado ou a convidada pode realizar pesquisas, militar, trabalhar ou mesmo possuir alguma vivência com a questão abordada pelo filme (LGBTfobia, racismo, machismo, etc.).

As intervenções dos convidados procuram propiciar, num primeiro momento, a análise das problemáticas do filme em si. Num segundo momento os debatedores, procuram aproximar aquelas questões da realidade social brasileira e, por fim num terceiro momento fomentar a plateia a participar desse debate a partir de suas experiências individuais e coletivas. Há uma clara intencionalidade crítica na qual se faz uma análise que permite aos participantes encontrarem-se nas narrativas do filme e do debatedor de modo a reconhecerem-se a si próprios como atores que compõem a tessitura social em questão.

Escolheu-se para a exibição filmes de temática gay, lésbico, transexual, bissexual; de gênero; de corte etnicorracial e de relações familiares. Após dois anos de projeto (de Agosto de 2015 a Julho de 2017) pôde-se observar as divisões de público por tema. Quando eram exibidos filmes com temática gay ou lésbica constatou-se maior público, ao passo que filmes com temática transexual o público diminuía consideravelmente. Apesar de ser um objetivo do projeto a sensibilização e o reconhecimento de diferentes formas de dominação-exploração e suas correlações na

dinâmica social, mostrou-se que os processos identificatórios decorrentes da forma de implementar o projeto geravam mais bem fortalecimentos de vínculos já existentes nas experiências pessoais. Novas formas de vínculo social eram mas frágeis. A diversidade de temas também ajudou a, ao contrário do que se desejava, fragilizar a constância do público nas sessões do CineDiversidade.

Cabe ressaltar que o CineDiversidade é um projeto aberto à comunidade externa Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo. Para atraí-la, é feito um esforço de divulgação das atividades na Escola e espaços comunitários do Jardim Keralux, bairro no qual a EACH-USP está localizada. No entanto, a maioria dos participantes são estudantes da EACH-USP e que pertencem ao grupo LGBT.

No que tange a divulgação vale destacar que, utilizou-se das seguintes estratégias:

- a. Divulgação de sala em sala nos três turnos de funcionamento da EACH;
- b. Divulgação por meio de cartazes afixados na EACH;
- c. Divulgação por meio de cartazes afixados no Comércio local e Escolas da Região,
- d. Divulgação por meio de página no facebook:
<https://www.facebook.com/search/top/?q=Cine+Diversidade&init=public>
- e. Atuação de dois monitores bolsistas financiados pelo programa Aprender com Cultura e Extensão (2015-2016) e programa Unificado de Bolsas (2016-2017), modalidade extensão e um bolsista voluntário.

No decorrer desses dois anos, apesar dos diferentes esforços de vinculação da audiência a diferentes temáticas, percebeu-se que o projeto tem dialogado com um público que já tem uma opinião formada sobre os temas debatidos. Parte da metodologia encontra-se nos processos de avaliação realizados por meio de reunião da

equipe e por meio de um questionário eletrônico aplicado aos e as participantes das sessões do CineDiversidade. O formulário no *google* continha um conjunto de questões para que fossem respondidas virtualmente e anonimamente. O formulário foi divulgado pelo perfil do CineDiversidade no *Facebook*, por e-mail, assim como nas redes pessoais da equipe do projeto. Cabe enfatizar que as perguntas realizadas no formulário não tinham como objetivo único satisfazer as necessidades desse trabalho, mas também aprimorar o projeto que continuará com uma nova equipe a partir de agosto de 2017, pois recebeu 3 bolsas por meio do Programa de Bolsas Unificadas da USP. No momento a equipe encontra-se finalizando o relatório do último ano e realizando a seleção dos novos bolsistas do projeto. O questionário será objeto de análise mais adiante nesse trabalho.

No tocante a particularidade do público LGBT que terminou por fidelizar-se ao projeto, tornando-se frequentadores fiéis das sessões do CineDiversidade, levantamos algumas ponderações acerca de quais motivos levaria a essa situação. Perguntamo-nos, por exemplo, o que ocasionaria a ausência de homens brancos e heterossexuais das sessões do projeto. Essa inquietude levou a equipe do projeto a melhorar a divulgação nas redes sociais e explorar mais a palavra *diversidade* com o objetivo de buscar atrair um público mais variado e que permitisse atingir elementos fundamentais da educação para os direitos humanos conforme propõem (BENEVIDES, 2000, 2013) e (MOREIRA; GOMES, 2012).

Vale recordar aqui que, no primeiro ano do projeto CineDiversidade tratou-se apenas dos temas relacionados com a diversidade sexual em função de uma onda de ações homofóbicas no espaço universitário. Buscou-se, portanto, enfrentar essa situação a partir de uma ação que era institucional e serviu de acolhimento a que foi/fosse vítima dessa prática injuriosa e violenta (SILVA, 2008) SILVA; D'ADDIO, 2012), (SILVA;

ORTOLANO, 2015). No segundo ano do projeto voltou-se às questões étnicas racial, sexuais, culturais e de gênero, pois verificou-se uma expansão das práticas injuriosas relacionadas não apenas a comunidade LGBT, mas também a mulheres e negros. No que tange às questões etnicorraciais, vale recordar que a universidade de São Paulo, infelizmente é o retrato de uma realidade de desigualdade, pois por exemplo, em seu corpo docente, encontramos menos de 3% de professores pretos ou pardos como aponta Viviane Angélica Silva em sua tese doutoral (2015).

Quando as Desigualdades se Encontram: Entre os Mitos da Virilidade e da Supremacia Branca

Com a finalidade de garantir aos participantes sigilo e tempo para maior liberdade de resposta, optamos por utilizar um formulário eletrônico como já mencionamos. A expectativa era alta e as reações dos participantes parecia que teríamos um índice de adesão maior que 80%. Contudo não foi assim. O formulário que foi aplicado por meio da plataforma do *Google* foi direcionado a 95 pessoas que participaram em ao menos uma das sessões do projeto neste último ano de 2017. Mesmo sendo divulgado diversas vezes pelo e-mail do CineDiversidade e pela página no *facebook*.

Vale destacar aqui que entendemos que normalmente se esperaria que se houvesse mais respostas, o que supostamente tornaria a análise mais profunda e reveladora, mas não obstante, não se pode perder de vista o fato de que a não resposta também é uma resposta e tal fenômeno também deve ser objeto de consideração e análise. A baixa adesão ao instrumento de avaliação do projeto pode apontar para uma dificuldade de o mesmo estabelecer vínculos com os participantes. Ir ao cinema habitualmente consiste em uma atividade de lazer, muitas vezes funcionando como uma oportunidade de desconexão como os elementos de realidade do cotidiano. As

atividades do projeto alteram significativamente essa lógica e introduzem uma racionalidade que não necessariamente está associada a esse tipo de atividade. Mais.

Ao buscar estabelecer uma conectividade com o projeto, um vínculo que permita estabelecer a permanência e continuidade da audiência em certa medida se contrapõem com o que se considera tempo livre, pois “o tempo livre, que se refere às ações humanas, realizadas sem que ocorra uma necessidade externa. Neste caso, o sujeito atua com percepção de fazer uso desse tempo com total liberdade e de maneira criativa, dependendo de sua consciência de valor sobre seu tempo” (AQUINO & MARTINS, 2007, p. 482).

Por sua vez, (GOMES, 2008, p.125) nos recorda que “o lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorre em um tempo/espço específico”. Claro está que corriqueiramente, tempo livre, ócio e lazer compartilham significados semelhantes, ainda que lazer e ócio necessitam de um tempo liberado e se relacionam com a ideia liberdade. Paradoxalmente, estar vinculado ao projeto poderia estar mais bem associado a ideia de trabalho, pois implicaria em compromisso e responsabilidade. Mesmo que não seja essa a intencionalidade inicial do projeto é possível que ela tenha gerado esse paradoxo: ir ao cinema como elemento de ócio e lazer, de uso do tempo livre, ganha a dimensão do trabalho acadêmico, visto que se estaria desenvolvendo atividades no espaço universitário, mesmo que voluntariamente.

Ao analisarmos os dados do questionário, observamos que a faixa etária dos participantes se concentra majoritariamente entre 18 e 24 anos (19 indivíduos), uma pessoa com 34 e outra com 50 anos.

As características de gênero e sexualidade são bastante reveladoras. O item orientação sexual mostra que a quase totalidade dos participantes tem orientação

heterodiscordante. Isso mostra que o Cinediversidade se revela como um espaço de acolhimento de minorias sexuais e, por outra parte, um espaço possivelmente aversivo a quem vive uma heteronormatividade (obrigatória) e termina por exercer papéis sociais opressivos frente a minorias sexuais (e a si mesmos). Nas sessões do CineDiversidade, apenas 2 pessoas se identificaram como homens cisgêneros e heterossexuais. Essa realidade pode ser reveladora de como romper com esquemas binários pode ser complexo e como a lógica do patriarcado (SAFIOTTI, 2004) pode ser um elemento determinante que impede novas matrizes performáticas de gênero (BUTTLER, 2003).

Os privilégios do patriarcado e da condição cisgênero, bem como da orientação sexual majoritária são determinantes sociais poderosos em uma sociedade de classes. Nela, ser homem, branco, cis, e heterossexual lhe possibilita ocupar o topo de uma pirâmide de privilégios que trazem consigo um conjunto de elementos de dominação-exploração. Essa realidade aparece, de certa maneira, na tabela abaixo:

Tabela 1: Orientação e Gênero cruzada

Gênero		Orientação Sexual			
		Homossexual	Bissexual	Pansexual	Heterossexual
Feminino	16		5		11
Masculino	13	8	1	1	3
Outro	0				

Como já mencionado, indagamo-nos o que estaria por trás da ausência dos homens cis brancos heterossexuais. Para respondermos a essa questão, lançamos mão do trabalho de (SANTOS; COLS. 2011) intitulado “*A diversidade sexual no ensino de Psicologia: O cinema como ferramenta de intervenção e pesquisa*” realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nele encontramos pontos de similaridade com o CineDiversidade, principalmente na questão dos frequentadores das sessões. Na pesquisa em foco, levantou-se a hipótese de que a ausências dos homens

heterossexuais se daria porque as temáticas propostas pelos filmes causariam certo constrangimento para esse público, indo contra uma moral heteronormativa obrigatória, ocasionando certo desconforto. Acrescentaríamos a essa hipótese das razões da não-presença desse público, o desinteresse por debates sobre os temas propostos, supostamente distante de suas próprias questões.

Uma das grandes diferenças entre o CineDiversidade e o trabalho realizado no Instituto de Psicologia da UFRGS é que um é oferecido em uma escola com 10 cursos distintos para toda a comunidade e o outro para alunos de psicologia, respectivamente. O que destacamos aqui é que a psicologia lida diretamente com temas sobre sexualidade, por esse motivo supomos que haja mais interessados pela discussão. Já na EACH-USP poucos são os interessados em estudar o tema, ou entendê-lo efetivamente, pois as relações que os estudantes da EACH-USP têm ou terão com as temáticas trazidas pelo cine, são basicamente as relações sociais do cotidiano e não profissionais como ocorre no caso dos futuros psicólogos.

Essa realidade diversa vivida na EACH pode nos trazer uma reflexão sobre a não presença do público masculino heterossexual: ora, para quê ir a um evento para “bichas e mulheres”. Apesar do CineDiversidade, hoje, trabalhar a diversidade em variados aspectos, tem uma aparência que sugere uma ideia de diversidade sexual (LGBT), além do fato dos monitores do projeto serem homossexuais, o que acaba reforçando mais a ideia de “evento gay”. Talvez isso também cause certo desconforto para o público não-presente.

Mesmo com a hipótese de que o CineDiversidade sugere uma ideia de diversidade voltada para as questões sexuais, questionou-se como os frequentadores conceituam a noção de Diversidade e como eles avaliam o conceito de diversidade

trazido pelo Cine. As respostas foram 100% positivas, mencionando que o conceito de diversidade é utilizado coerentemente.

Há citações, ainda, sobre os dois momentos do Cine onde no primeiro trata-se apenas das questões LGBT e no segundo uma abrangência maior de problemáticas sociais envolvendo minorias políticas. Isso nos sugere uma aceitação positiva do nosso público e uma disposição em refletir sobre temas cada vez mais diversos. Quem sabe essa seja uma peculiaridade desse público que vive mais de perto as mazelas de estar em um lugar minoritário (SILVA, 2007).

Em nosso questionário online, perguntamos para nossos participantes se eles consideram o cinema uma ferramenta adequada, inadequada ou parcialmente adequada para a educação para a diversidade. Para essa questão obtivemos um total de 93,1% das respostas consideram o uso do cinema como ferramenta adequada para a educação para a diversidade e 6,9% das respostas consideram parcialmente adequado.

Tabela 2: Uso do Cinema para Educação

Uso do cinema como instrumento de educação para a diversidade	
Adequado	27 respostas
Parcialmente Adequado	2 Respostas
Inadequado	0 Respostas

Ainda nesse sentido fizemos uma questão similar, mas agora referindo-se à educação para os direitos humanos e cidadania. Questionamos se os frequentadores do cine consideram o cinema como algo que possa auxiliar nessa educação. As respostas foram satisfatórias. 88,2% das pessoas entendem que sim, o cinema pode auxiliar e 13,8% entendem que talvez o cinema possa auxiliar na educação para os direitos humanos e cidadania. Mesmo sendo expressiva a diferença entre **sim** e **não** na segunda questão, podemos notar que duas pessoas que consideram o cinema como ferramenta

adequada para a educação para a diversidade, acreditam que o cinema **talvez** possa auxiliar na educação para os direitos humanos e cidadania.

Isso poderia se dar porque a relação entre cinema e diversidade tem sido maiormente difundida o que não ocorreria no caso de uma possível relação entre cinema e educação para os direitos humanos. Dito de outra forma: pouco se fala em educação para os direitos humanos o que faz com que essa modalidade educativa seja desconhecida da própria sociedade.

Tabela 3: Cinema e Cidadania

Cinema como atividade que pode auxiliar na educação para os Direitos Humanos e Cidadania	
Sim	25 Respostas
Não	0 Respostas
Talvez	4 Respostas

Em nossa outra questão, propusemos para os nossos frequentadores que assinalassem opções (era possível assinalar mais de uma) que exprimiam como eles consideram o tempo investido nas sessões do CineDiversidade. As opções e respostas assinaladas estão ilustradas na tabela abaixo.

Tabela 4: Apreciação do CineDiversidade

Considera o momento do CineDiversidade como:			
Tempo de lazer	Tempo para reflexões sobre temas polêmicos	Momento de aprendizado	Contato com outros cursos
22 respostas	22 respostas	22 respostas	5 respostas
Um espaço político	Um espaço de resistência	Um espaço de conscientização	Uma perda de tempo
18 respostas	16 respostas	22 respostas	0 respostas

Como podemos observar na tabela acima, para os nossos frequentadores o tempo investido nas nossas sessões é um tempo proveitoso do qual pode-se observar muitos aspectos positivos em um mesmo momento. Apesar de todos os participantes considerarem o tempo dispensado às sessões do CineDiversidade, nos deparamos com uma resposta pouco satisfatória ao questionarmos a frequência dos participantes nas sessões, aparecem 79,3% das respostas assinalando a opção **muito esporadicamente**, 17,2% das respostas marcam a opção **pelo menos 1 vez ao mês** e 3,4% das respostas assinalam a opção **estou em todas**. Essa, quem sabe, seja a pista para corroborar o paradoxo de falamos anteriormente.

Tabela 5: Frequência

Frequência nas sessões do Cine:		
Muito esporadicamente	Pelo menos 1 vez ao mês	Estou em todas
23 respostas	5 respostas	1 resposta

Em seguida, pois já era conhecida a esporadicidade dos participantes, perguntamos a respeito dos horários e dias que os participantes consideram ideais para as sessões do Cine. Essa pergunta foi feita com a finalidade de pensar em uma estratégia para que haja uma apropriação mais efetiva do espaço, “fidelizando” os participantes ou que, mesmo que haja uma rotatividade grande, que a sala estivesse sempre com um número expressivo de participantes.

Não cabe transcrever as sugestões dos participantes, mas ficou claro que não é preferível que o cine ocorra somente em um horário e período, todos os dias e períodos da semana foram demandados, logo entende-se que o projeto deva mudar sua forma de oferecimento e tentar atender todos os turnos (matutino, vespertino e noturno). Sendo assim, o CineDiversidade montou a programação para o primeiro semestre de 2017 alternando dias entre quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira, bem como os horários, isto é, em uma semana o Cine acontece numa quarta-feira das 14h às 18h, na semana

seguinte acontece na quinta-feira das 19h às 22h e na semana subsequente na sexta-feira das 14h às 18h encerrando assim um ciclo e retomando na outra semana recomeçando com a quarta feira e dando continuidade ao horário.

Elaboramos uma questão com a finalidade de identificar qual a noção de lazer dos frequentadores e se eles entendiam que o CineDiversidade, além de um espaço político, de reflexão e enfrentamento do preconceito, era, também, um espaço de lazer. Nesse sentido perguntamos se os frequentadores entendiam o cinema como uma atividade de lazer. Para ela, obtivemos:

Tabela 6: CineDiversidade como Lazer

Considera o cinema como uma atividade de lazer.	
Sim	27 respostas
Não	2 respostas

Ainda nessa perspectiva, perguntamos se os participantes acreditam se atividades educativas não-formais podem ser consideradas como lazer, pois acreditamos que o cinema seja exatamente isso, uma atividade de entretenimento e lazer capaz de educar e obteve-se 25 respostas assinalando **sim**, 2 **não** e 2 **talvez**.

Tabela 7: CineDiversidade como Lazer

Considera o cinema como uma atividade de lazer.	
Sim	25 respostas
Não	2 resposta
Talvez	2 resposta

Um dos objetivos do CineDiversidade é de se constituir como um espaço de enfrentamento da intolerância e se consolidar como um espaço político de resistência, por isso fizemos uma questão para os participantes assinalarem as opções que expressariam, a seu ver, no que o cine ajuda (era possível assinalar mais de uma). As opções eram as seguintes: Enfrentar o preconceito (17 respostas), A elaborar

experiências pessoais de preconceito (12 respostas), A educar contra o preconceito (14 respostas), A construir estratégias de enfrentamento do preconceito (11 respostas), Não ajuda em nada na luta contra o preconceito (0 respostas), Outro (03 respostas).

Tabela 8: Contribuições do CineDiversidade

O CineDiversidade ajuda:					
Enfrentar o preconceito	Elaborar experiências pessoais de preconceito	Educar contra o preconceito	Construir estratégias de enfrentamento do preconceito	Não ajuda em nada na luta contra o preconceito	Outro
23 respostas	14 respostas	21 respostas	17 respostas	0 respostas	03 respostas

Esse conjunto de respostas nos leva a entender que, apesar da baixa audiência, o CineDiversidade está funcionando dentro das expectativas e tem alcançado seus objetivos. Mas o nosso maior desafio é chegar aos já mencionados não-presentes, bem como “fidelizar” o maior número de pessoas. Por essa razão, procuramos elaborar uma questão que nos auxiliasse a nortear nossos próximos passos. A fim de estruturar melhor nossa programação semestral incluímos no questionário uma questão que permitia os participantes elencar os temas de filmes dos quais julgavam ter maior urgência de debate. As respostas dadas a essa questão podem ser consultadas nos apêndices desse trabalho. Entretanto, na tabela abaixo destacamos os temas mais destacado na perspectiva dos participantes do CineDiversidade:

Tabela 9: Sugestões Temáticas para o CineDiversidade

Temas para filmes considerados mais urgentes considerando a totalidade das sugestões:		Temas para filmes considerando apenas as 5 primeira sugestões	
Raça e Etnia	24 Sugestões	Raça e Etnia	22 Sugestões
LGBTfobia	22 Sugestões	LGBTfobia	18 Sugestões
Orientação Sexual	21 Sugestões	Xenofobia	16 Sugestões
Migração	21 Sugestões	Identidade de Gênero	15 Sugestões
Religião	20 Sugestões	Orientação Sexual	12 Sugestões
Masculinidades	20 Sugestões	Migração	10 Sugestões
Identidade de Gênero	19 Sugestões	Cultura	8 Sugestões
Xenofobia	19 Sugestões	Religião	8 Sugestões
Cultura	18 Sugestões	Masculinidades	8 Sugestões
Outros:	8 Sugestões	Outros:	6 Sugestões
Machismos	4 Sugestões	Machismo	3 Sugestões
Misoginia	2 Sugestões	Misoginia	1 Sugestão
Educação	1 Sugestão	Educação	1 Sugestão
Bissexualidade	1 Sugestão	Bissexualidade	1 Sugestão

Finalizamos o nosso questionário com três questões das quais as respostas também estarão disponíveis nos apêndices. As questões foram: **O que falta ao projeto?** Como previsto e já mencionado a má divulgação apareceu nas respostas apresentadas de forma expressiva; **Qual a melhor característica do projeto?** O debate pós-filme apareceu como algo bastante apreciado pelo público; o último espaço para inserir respostas do nosso questionário foi para que os participantes deixassem suas impressões, sugestões e críticas sobre o projeto.

Considerações Finais

Após dois anos de projeto e análise de questionário podemos apresentar alguns resultados que impactam positiva ou negativamente o projeto, como: não disponibilizar um questionário logo ao fim do primeiro semestre foi uma falha, pois poderíamos entender melhor o público e enxergar nuances que passaram despercebidas pela

organização. A divulgação foi melhorando com o passar dos meses, mas, ainda assim, acreditamos que ela ainda não chegou em um ideal, a organização do CineDiversidade deve tentar estabelecer contato com professores, funcionários, se informar sobre disciplinas e seus respectivos temas, na tentativa de alinhar alguns filmes com assuntos já trabalhados na própria unidade. No entanto, deve-se tomar cuidado em não deixar as sessões demasiadamente engessadas, há de haver um esforço por parte do CineDiversidade em garantir um ar mais dinâmico e descontraído às sessões. Ainda no sentido da descontração, é importante pensar em como o projeto chega ou se está chegando ao público alvo, é preciso apoiar-se na criatividade e pensar em formas criativas de intervenções de divulgação, bem como disponibilizar a programação dos filmes do semestre nos primeiros dias do projeto em uma tentativa de estimular a curiosidade. Nesse sentido, cativar o público o cine deve buscar maior afeição das entidades militantes do campus, bem como diretórios, atléticas e centros acadêmicos, fortalecendo as relações com a representação discente no campus.

Entendemos que o projeto funcione mais como uma forma de fortalecer os movimentos dentro da faculdade e a construir uma consciência crítico política pessoal, ao passo que, quando tratamos dos temas supracitados, estamos falando com pessoas que, de alguma forma, têm a vivência do preconceito discutido e não o contrário, pois o projeto não dialoga diretamente com opressores, mas sim com os oprimidos. Sendo assim, cabe enfatizar que o CineDiversidade, enquanto espaço de debate periódico, faz-se por si só, um ato de enfrentamento e combate ao preconceito e intolerância. Mesmo que em alguns momentos as sessões estejam mais vazias, é importante que o espaço esteja disponível, uma vez que há uma necessidade de espaços de enfrentamento das mais diversas formas de discriminação.

A universidade não propicia espaços de sociabilização que gerem uma nova cultura afeita à diversidade. O CineDiversidade abriu uma janela de oportunidade que tem contribuído para a visibilidade da diferença como elemento necessário para a produção de uma ambiência na qual as condicionantes da violência sejam transformadas e o respeito à diferença passe a ser normalizado, naturalizado.

A experiência do projeto abriu um espaço de demanda de reflexão no âmbito universitário que extrapole a sala de aula. O questionário e os relatos das experiências dos participantes mostram claramente que a universidade pode ser um lugar amplificador de angustias e vulnerabilidades. Por essa razão o CineDiversidade é uma forma de intervenção social que permite a quem dela participa repensar sua formação acadêmica, sua construção identitária e seu modo de agir e se fazer presente no mundo.

Ao fomentarmos um espaço associado ao lazer criamos um espaço de apropriação de saberes que permite a quem participa do projeto reposicionar-se e perceber que os conhecimentos adquiridos na universidade podem ir mais além da formação profissional e adquirem um caráter político que auxilia na construção de estratégias de resistências baseadas no reconhecimento mutuo e na diagnose das questões cotidianas que podem fragilizar o auto conhecimento e a ação efetiva frente a elementos desmobilizadores presentes na realidade e internalizados na vida de cada sujeito.

A experiência do CineDiversidade abre ocasião para o incremento de formas coletivas de participação e solidariedade que melhora na autoestima pessoal e coletiva, gerando novas formas de produção de referentes psicossociais que orientam identidades pessoais e coletivas. Por outro lado, os debates produziram novas formas de conscientização política (SILVA, 2001) que conduzem à participação em coletivos organizados de estudantes nos campos de gênero, raça e orientação sexual.

Deste modo, entendemos que a estratégia de ação e a concepção do projeto foi feliz e atingiu seus objetivos iniciais. Resta aprofundarmos formas de extensão, ensino e pesquisa que se apropriem das bases da educação para os direitos Humanos como apontam autores como (BENEVIDES, 2000, 2013), (SILVA, 2007, 2011), (SILVA; D'ADDIO, 2012) e (SILVA; ORTOLANO, 2015), os quais subsidiaram nossa abordagem do problema desta pesquisa. A partir desta experiência há um conjunto de temários de investigação-intervenção que otimizam a ideia de indissociabilidade entre ensino-pesquisa- extensão. Destacamos três pontos que poderiam ser objeto de pesquisas futuras:

1. Investigar como as políticas de extensão se relacionam com políticas de ensino e pesquisa, sobretudo no que respeita ao enfrentamento de violências de gênero, etnicorraciais e de orientação sexual;
2. Investigar como estudantes percebem a ação da instituição no enfrentamento destas formas de violência e de desigualdade;
3. Investigar como experiências que se baseia no binômio arte-política podem ser úteis no processo formativo de estudantes na geração de uma cultura de educação para os direitos humanos.

Dito isso, entendemos que este projeto de extensão que se tornou objeto de análise nesse Trabalho de Conclusão de Curso para o Bacharelado em Lazer e Turismo significa um abrir de horizontes e não um fechamento em si. Mais que o fim de um ciclo, pensamos em um passo inicial no caminho formativo que iniciamos ao ingressar na EACH e que ainda temos muito a percorrer.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José C, de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n.2, p. 479-500, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos**: de que se Trata?. São Paulo, FE-USP, 2000 (palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos). Disponível em: <https://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo, p. 1-11, jan., 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/textos#direitoshumanos/Cidadania>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BRASIL. **Constituição**. Art. 207. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BUTTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. 236p.

COSTA, Renata gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo ; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO. 17, 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa.

CRUZ, E. P.; LOHR, S. S. O cinema como instrumento na Educação da Afetividade: um convite à reflexão e à humanização. s/a. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1425-8.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CROCHIK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1997. 152 p.

_____. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na Psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 69-85, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200003>.

DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: o preconceito e a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

FABRIS, E.H. Cinema e educação: um caminho metodológico. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/638/showToc> Acesso em: 12 nov. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, C.L. **Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

_____. **O Cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LEFÈVRE, F. & LEFÈVRE, A. M. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Liber Livros Editora, 2005.

MACIEL, Alderlândia. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado) Faculdade Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2010.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MOREIRA, Vital; GOMES, Carla de Marcelino, Compreender os Direitos Humanos – Manual de Educação para os Direitos Humanos, Ius Gentium Conimbrigae/ Centro de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <http://acegis.com/wp-content/uploads/2014/12/manual-c2abcompreender-os-direitos-humanosc2bb.pdf>. Acesso em 10 nov. 2016.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Homo afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Bahia, 248(4). 509-521. 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2944>. Acesso em: 11 dez. 2016.

OLIVEIRA, F. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57-60, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40142004000100006&lng=en&nrm=isso> Acesso em: 04 ago. 2016

ONU. Violência contra a mulher é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-a-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo-afirma-onu/> Acesso em: 09 set. 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Políticas compensatórias e cotas no Brasil: onde realmente estão os problemas? **Revista de Psicologia Política**. Sociedade Brasileira de Psicologia Política, jan.-jun./ 2003, v. 3, n. 5, pp. 39-55.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

SAFIOTTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna. 1987

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo. Perseu Abramo, 2004,

SANDOVAL, Salvador; SILVA, Alessandro Soares da. O Modelo de Análise da Consciência Política como Contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: HUR, Domenico U. & LACERDA JR., Fernando. **Psicologia, Política e Movimentos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SANTOS, Camila Backes dos *et al.* . A diversidade sexual no ensino de Psicologia. O cinema como ferramenta de intervenção e pesquisa: El cine como herramienta de intervención e investigación. **Sex., Salud Soc**, Rio de Janeiro , n. 7, p. 127-141, Abr. 2011 .

SILVA, Alessandro Soares da. Consciência e Participação Política: uma abordagem psicopolítica. **Interações**, v. 1, n. 12, p. 69-90, 2001. Disponível em: <https://www.Redalyc.orgpdf/354/35461204.pdf> Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Direitos Humanos e Lugares Minoritários**: um convite ao pesar sobre os processos de exclusão na escola. Portal do Ministério da Educação. 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf. Acesso em: 09 out. 2016,

_____. Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual. **Trivium**, v. 3, p. 58-72. 2011. Disponível em: <https://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-iiii/artigos-tematicos/politicas-publicas-educacao-para-os-direitos-humanos-e-diversidade-sexual.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

_____. A psicologia política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. In: SILVA, A; CORRÊA, F (org.). **Nos Interstícios das disciplinaridades**: a psicologia política. Curitiba: Prismas. 2015.

_____.; BARBOZA, R. Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 8, p. 27-49, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53700802> . Acesso em: 30 out. 2016.

_____.; BARBOZA, R. Exclusão social e Consciência Política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. **Cadernos CERU (USP)**, v. 20, p. 257-276, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/11883/13660> . Acesso em: 23 ago. 2016.

SILVA, A S; D'ADDIO, T. Homofobia, Violência e Direitos Humanos. In: ALMEIDA, M.; S. A.; CORRÊA, F. **Psicologia Política**: debates e embates de um campo

interdisciplinar. São Paulo: Ed. EACH, 2012. Disponível em: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf. Acesso em: 25 ago. 2016,

_____; ORTOLANO, F. Narrativas Psicopolíticas da Homofobia. **Revista Trivium Est. Interd.**, v. 2, n. 1, p. 1-18. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v7n1/v7n1a02.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016

SILVA, V. A. **Uma História do Debate Racial na Universidade de São Paulo (USP) e a Configuração Racial do seu Corpo Docente**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SILVA, A. S. **Luta, Resistência e Cidadania**: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT. Curitiba: Juruá, 2008. v. 1. 514p .

SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOCDSCNOMEAQUI20041214154032.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

SOUZA, C. A. S. **A solidão da Mulher Negra**: Sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

Endereço dos Autores:

Anderson Maia do Nascimento
Rua flor do lírio, n 01 - D71 – Vila Brasilândia
São Paulo – SP – 02.820-030
Endereço Eletrônico: anderson.maia994@gmail.com

Alessandro Soares da Silva
Universidade de São Paulo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Av. Arlindo Bettio, 1000. Ermelino Matarazzo
São Paulo – SP – 03.828-000
Endereço Eletrônico: alepsipol1@gmail.com